



Conscientizando

Informativo do Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério Público – SINASEMPU



Campanha pelo PL 6697/09 eleva a auto-estima dos servidores do MPU

O Sinasempu tomou as ruas da capital federal no dia 1º de fevereiro – data de início dos trabalhos no Legislativo federal – com vistas a informar aos novos parlamentares do Congresso Nacional, e lembrar aos que se reelegeram, que os servidores do MPU têm um PCS tramitando desde 2009, o PL 6697. A carreira do MPU, que já foi uma das melhores do país, está caindo pelas tabelas e os servidores sem reajustes há cinco anos. A campanha “Ocupação de Brasília” surtiu os efeitos desejados: mexeu com a auto-estima dos servidores e repercutiu por todo o país.

Páginas 4 e 5

Veja também: Remuneração X Subsídio – Forme sua opinião

Todos pela valorização imediata!

Mais do que nunca é preciso lutar, é preciso ter força, é hora de reagir!

Nós servidores do Ministério Público da União há muito temos assistido e, mais que isto, sofrido na pele a desvalorização de nossa carreira. É impressionante como, ao mesmo tempo em que o MPU, enquanto instituição, ganha mais e mais notoriedade e prestígio junto à sociedade, graças ao combate à corrupção e ao trabalho escravo, por exemplo, seus Servidores perdem direitos e não há uma só voz a erguer-se em contrário. A mesma sociedade que tem o MPU em alta conta assiste calada e, em regra com certa aprovação, ao crescente sucateamento daquela categoria que dá corpo, que é fundamental à atuação do MPU, qual seja, seus Servidores.

O SINASEMPU, sob a direção da diretoria executiva nacional interina, está focado em trazer a lume esta situação, quer discutir com a sociedade, com os parlamentares e, também, especialmente, com todos os servidores da carreira.

É necessário que todos reconheçam a essencialidade dos servidores e, em consequência, percebam o quanto é imprescindível a sua imediata valorização, sob pena do aprofundamento do, já em curso, processo de sucateamento da carreira.

Neste sentido, iniciamos, junto com o ano legislativo, uma grande campanha de diálogo com todos os seguimentos sociais, a partir de diversos meios de comunicação e estratégias de marketing, cujo ponto fundamental é justamente a valorização dos servidores do MPU, a partir do reconhecimento de sua importância para toda a sociedade. Durante a "Ocupação de Brasília" (apelido dado à primeira etapa da campanha realizada no Distrito Federal) levamos às ruas, com significativo impacto, a mensagem da campanha e iniciamos

a sensibilização de todos para a nossa causa.

Porém, não basta chamar atenção para as necessidades de nossa categoria, é preciso ter força para lutar e alcançar as soluções. Com o objetivo de criar condições para efetivarmos a luta, retomamos o processo de mobilização da categoria, buscando corrigir equívocos cometidos anteriormente e, com todas as forças, buscar a unidade da categoria. Para isto, fizemos contato com as principais associações nacionais dos servidores do MPU e iniciamos um diálogo fraterno que tem como finalidade a concentração de forças em prol do objetivo comum que é a valorização dos servidores do MPU. Ainda com o mesmo objetivo, tratamos de dar transparência à discussão quanto ao modelo remuneratório de nossa categoria que, em momentos anteriores foi causa de divisão de forças. Hoje o SINASEMPU, como se constatará nesta mesma edição do Conscientizando, adotou postura clara de respeito à vontade da categoria e tem promovido o mais amplo debate sobre a forma que a categoria prefere ser remunerada sem, contudo, perder o foco de que a luta mais importante e que une a todos é a valorização de toda a categoria.

Estamos em marcha, os servidores do Ministério Público da União mobilizam-se por seus direitos e o seu sindicato nacional, como não poderia deixar de ser, assume de forma firme, transparente e democrática a condução da luta e conclama toda a categoria a mover-se, unida, nesta árdua, porém indispensável luta.

SINASEMPU: Juntos somos uma só força e uma só voz!

EXPEDIENTE

Diretoria Executiva Nacional Interina – DENIN

Membros Titulares

Anderson Cláudio de Melo Machado (RO)

Cleiton Custódio (RN)

Eduardo Alberto Cabral Tavares Marques (SC)

José Aroldo Bezerra Galindo (RJ)

Maria Aparecida do Carmo Lopes (CE)

Meiry Apolinário de Alencar (DF)

Roberto Negri (SE)

Comunicação e Imprensa do SINASEMPU

Coordenador: Netto Costa (Reg. Prof. 2534-DF)

Cássia Relva (Reg. Prof. 7242-DF)

Redação e Edição: Netto Costa

Fotos: Paulo Negreiros; Antoniel Ferreira; Equipe de Comunicação

Projeto gráfico e Diagramação: F4 Comunicação

Tiragem: 7 mil exemplares

Impressão: Gráfica Papel e Cores

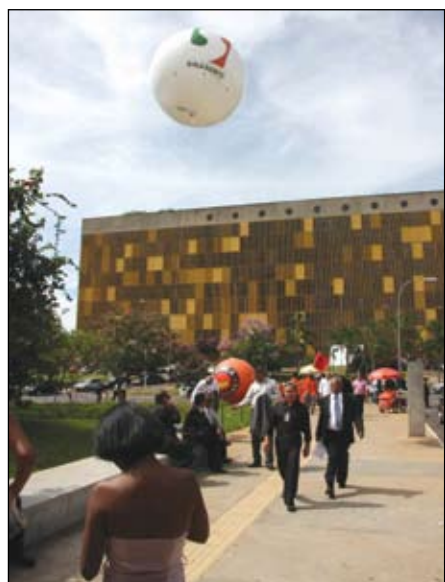
Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério Público da União – SINASEMPU
SRTVS Q. 701, Edifício Assis Chateaubriand, Torre II, 1º andar, Conjunto 120/132, Brasília – DF – CEP 70340-906.
Telefone/fax: 0800 704 2819 (61) 3322-5480 – imprensa@sinasempu.org.br

Campanha de mobilização invade as ruas de Brasília

Logo ao chegarem ao aeroporto de Brasília, de onde seguiram para tomar posse como deputados - solenidade que aconteceu no dia 1º de fevereiro - os deputados federais tomaram conhecimento da campanha de mobilização do SINASEMPU pela aprovação do PL 6697/2009, o novo PCS dos servidores do MPU. Duzentas faixas e duzentos estandartes da campanha foram estrategicamente espalhados nas vias Eixão Sul, L4 Sul (Av. das Nações) e Esplanada dos Ministérios.

Balões gigantes foram posicionados em frente à sede da PGR, MPDFT e no Congresso Nacional. Vinte e cinco mil folhetos, 30 mil botons adesivos, 1100 cartazes, 500 camisetas e mais 20 faixas grandes são algumas das peças da campanha. Parte do material será enviada aos órgãos do MPU em todo o país.

A ação, de iniciativa da Diretoria Executiva Nacional Interina (DENIN), faz parte da pressão que o sindicato pretende coordenar para ver aprovado, o quanto, antes o novo PCS.



Grande mídia amplia visibilidade

Os investimentos do SINASEMPU na campanha já dão retorno. Por meio de um trabalho de assessoria de imprensa do sindicato, que ressaltou o interesse jornalístico da campanha, o movimento ganhou visibilidade em veículos formadores de opinião.

O Jornal da Band, da TV Bandeirantes, apresentado em rede nacional pelo jornalista Ricardo Boechat (no dia 31 de janeiro), e o Jornal de Brasília, na coluna Ponto do Servidor, assinada pelo jornalista Isaac Marra, no dia 1º de fevereiro, ampliaram a visibilidade da ação (as íntegras das matérias, bem como as peças da campanha, podem ser acessadas no site do sindicato).

A campanha de mobilização contou ainda com a veiculação de spots em três rádios de grande audiência e um anúncio foi veiculado no Correio Braziliense. Além disso, 20 ônibus circulam pela cidade trazendo, no vidro traseiro, a campanha. Um vídeo, com um minuto de duração, está sendo veiculado



O deputado Geraldo Resende (PMDB/MS) recebeu o grupo e hipotecou apoio ao pleito dos servidores do MPU

na internet, inclusive nos sites de entidades parceiras, que também apóiam a campanha. Duzentos adesivos da campanha, para carros de passeio, estão sendo distribuídos aos filiados para dar maior visibilidade ao movimento.

O público-alvo da campanha são os parlamentares, o governo

federal, os servidores, os membros, a Administração do MPU e o público em geral, especialmente os formadores de opinião. Um ofício do sindicato foi enviado a cada um dos deputados, pedindo apoio à aprovação do PL 6697/09 e um corpo-a-corpo está feito em cada gabinete parlamentar.



Carros e ônibus circulam por toda a cidade ampliando a visibilidade da campanha do SINASEMPU

ade da ação de comunicação



Assembleias em Bras



O SINASEMPU está realizando assembleias nas unidades do MPU em todo o país para informar a categoria sobre o atual estágio de tramitação do PCS; discutir as formas de retribuição salarial dos servidores, ou seja, remuneração (como é atualmente) ou subsídio; e definir estratégias de mobilização nacional dos servidores.

Em Brasília foram realizadas assembleias no MPDFT, PGT, PRR 1^o, PR/DF, MPM, PGR, PRT 10^o e CNMP, além das Promotorias nas demais cidades do DF. Também foram realizadas assembleias nas demais unidades do MPU distribuídas pelo país.

Na segunda rodada de assembleias a pauta já será a definição do mode-



PRDF



...sília e por todo o país

lo de remuneração que a categoria julga como “preferencial”, sem, no entanto, “fechar a porta” para outra alternativa, na mesa de negociações. Veja nesta edição do Conscientizando informações em dois artigos sobre os modelos de remuneração atual e por subsídio.

Outro item que deverá estar presente na segunda rodada de assembleias deve ser o indicativo de greve, para mostrar a força da categoria e a insatisfação com o atual estágio da carreira. Diariamente, os melhores quadros do MPU têm buscado outros concursos e outras carreiras que valorizam, ocasionando uma grande perda para a instituição e, em consequência, para a sociedade.



Debate sobre o modelo remuner

Com a intenção de permitir a manifestação de opinião daqueles que são favoráveis ao sistema atual, ou à alternativa do subsídio, o sindicato está fomentando o debate na categoria. Esta edição do Conscientizando traz informações sobre os dois modelos. Além disso, haverá uma enquete no site do SINASEMPU. O formulário on-line da enquete está sendo preparado e será amplamente divulgado.

O sistema de remuneração atual faz justiça aos servidores

O PL 6697/09, que altera a Lei nº 11.415, de 15 de dezembro de 2006, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do MPU, fixa os valores de sua remuneração e dá outras providências. O subsídio só é citado no art. 19, que diz que a soma do Vencimento Básico do cargo de Analista com a respectiva Gratificação de Atividade do Ministério Público (GAMPU) não poderá ser superior a 75% do subsídio de Promotor de Justiça Adjunto do MPU. O PL visa sanar as discrepâncias que vêm dificultando o desempenho do MPU, e valorizar os servidores, estabelecendo justa recompensa e perspectivas de desenvolvimento profissional.

A ideia é aprovar o projeto do jeito que está, mantendo a proposta original que consta no PL 6697/09, apenas com a possibilidade de discutir o parcelamento para a implementação do Plano de Cargos e Salários (PCS). Qualquer alteração na proposta significaria um atraso na tramitação, podendo inclusive inviabilizar qualquer aumento. Além disso, vale lembrar que, se subsídio fosse bom, a própria Câmara dos Deputados, o Senado e o TCU, que são algumas das melhores carreiras do serviço público, já teriam aprovado essa forma de remuneração para seus servidores.

O subsídio acaba com direitos históricos dos servidores, tais como adicional de insalubridade e atividades perigosas, o adicional noturno e até o recebimento de horas-extras. E mais, seriam extintas todas as gratificações como GAMPU, GAS, o adicional de qualificação a Gratificação de Perícia, a Gratificação de Projeto e outras vantagens pessoais, ficando apenas a gratificação natalina, o adicional de férias e a indenização por transporte.

Com o subsídio ficariam vedados à remuneração o acréscimo de qualquer gratificação adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, mesmo as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza.

Exemplos recentes mostram o

tratamento que o governo federal vem dando à matéria. Textos legais proíbem a coexistência de vantagens pessoais com o subsídio, excluindo quaisquer valores ou vantagens incorporadas à remuneração por decisão administrativa, judicial ou extensão administrativa de decisão judicial, de natureza geral ou individual, ainda que decorrentes de sentença judicial transitada em julgado.

Tais vantagens pessoais, ou de qualquer outra natureza, têm sido classificadas como "Subsídio Complementar", destinadas a serem absorvidas nos reajustes futuros, ou seja, as vantagens já incorporadas por decisão administrativa ou sentença transitada em julgada, VPNI, anuênios, etc, serão absorvidas pelo subsídio.

Independentemente dos reajustes concedidos, a remuneração do servidor que receber Subsídio Complementar permanecerá "congelada" até que o valor do subsídio correspondente ao seu nível supere o valor total que ele recebe. Já há, inclusive, algumas ações judiciais que discutem a constitucionalidade de dispositivos das novas leis que instituíram o regime de subsídio para algumas carreiras. Até o momento, no entanto, não há nenhuma decisão a respeito.

É provável que, tratando-se de parcela única, a adoção do subsídio impedirá a incorporação de valores obtidos por decisão judicial futura, como, por exemplo, a URV e os 28%. Neste caso, seriam consideradas absorvidas pela lei que fixou o subsídio, devendo ser paga aos beneficiários da decisão judicial os atrasados até a data da implantação do novo sistema remuneratório.

Ao que se viu até agora, o governo federal vem se utilizando da autorização constitucional para retirar alguns direitos dos servidores e, até mesmo, para ver-se livre de cumprir decisões judiciais.

Nesse sentido, é fundamental que os sindicatos e seus filiados mantenham estreita vigilância durante o processo legislativo, atuando no sentido de preservar vantagens pessoais, a

coisa julgada e o ato jurídico perfeito, a fim de evitar longas discussões judiciais posteriores.

Uma Nota Técnica elaborada pela advogada Vera Mirna Schmorantz, para o SINASEMPU, deixa claro alguns prejuízos com a adoção do subsídio.

As desvantagens do subsídio:

1 – Os servidores mais antigos que acumularam vantagens ao logo dos anos, cujo subsídio venha a superar o valor fixado em lei, poderão ter seus subsídios congelados até que parcela complementar seja completamente absorvida;

2 – A impossibilidade de implantação de adicionais de localidade inóspita, de periculosidade, insalubridade, de risco, ou qualquer outra remuneração na forma de adicional;

3 – A absorção de vantagens pessoais e as advindas de decisões judiciais;

4 – A impossibilidade dos órgãos da administração concederem reajuste superiores ao reajuste geral de salários fixado pelo governo (via alteração do PCS, por exemplo), uma vez que a remuneração terá por base uma parcela única;

5 – As carreiras que recebem por subsídios, em geral, possuem limitações de quantidade de vagas em cada faixa salarial condicionando a promoção à existência de vaga.

Finalizando, a implementação do sistema de remuneração por subsídio tem gerado muitos descontentamentos e inúmeras demandas judiciais com o propósito de proteger as vantagens pessoais e benefícios obtidos através de decisões judiciais. Há evidências que o regime remuneratório do subsídio mais interessa ao governo que aos servidores, pelo menos da forma como vem sendo implantado. Por isso, não é recomendável que matéria de tamanha complexidade seja implementada, ou mesmo discutida, às vésperas da votação do PCS do MPU. Neste momento, isto apenas retardaria a apreciação do PL e dividiria a categoria. ■

atório – Remuneração X Subsídio

Subsídio é a melhor e mais viável alternativa remuneratória

O subsídio é uma forma de retribuição pecuniária prevista na Constituição. No caso dos servidores públicos, é a contraprestação pelo serviço prestado, a remuneração. Ele visa moralizar e desfazer disparidades remuneratórias, a partir do pagamento de parcela única.

A Constituição impõe o pagamento na forma de subsídio aos membros de Poder, detentores de mandato eletivo, Ministros e Secretários, bem como aos membros da Magistratura e do Ministério Público, da Advocacia Pública, Defensoria e carreiras Policiais, mas faculta aos demais servidores públicos o mesmo regime remuneratório, desde que organizados em carreira.

Com a adoção do subsídio é garantida a integralidade dos proventos de aposentadoria, desde que cumpridos os pré-requisitos constitucionais. Nas aposentadorias e pensões proporcionais é observada a proporcionalidade da concessão do benefício, sempre respeitando a irredutibilidade de remuneração determinada constitucionalmente.

Se comparadas as tabelas propostas originalmente no PL 6697/09 e as tabelas propostas na Emenda do Subsídio, apresentadas por deputados ao PL 6613/09, que deve servir como referência para o PL 6697/09, o reajuste é bem superior na forma de subsídio. Vejamos:

Pelo texto original do PL 6697/09, o Técnico Administrativo A1 (início da carreira) receberia R\$ 6.104,70 (Vencimento + GAMPU); pela Emenda do Subsídio, o Técnico Administrativo A1 receberia R\$ 7.996,06 de Subsídio.

Pelo texto original do PL 6697/09, o Técnico Administrativo C15 (final da carreira) receberia R\$ 9.949,68; pela Emenda do Subsídio, o Técnico Administrativo C13 (final de carreira, com 2 níveis a menos) receberia R\$ 11.595,00 de Subsídio.

Pelo texto original do PL 6697/09, o Analista Processual A1 (início da carreira) receberia R\$ 10.283,60 (Vencimento + GAMPU); pela Emenda do Subsídio, o Analista Processual A1 receberia R\$ 12.960,77 de Subsídio.

Pelo texto original do PL 6697/09, o Analista Processual C15 (final da carreira) receberia R\$ 16.324,60; pela Emenda do Subsídio, o Analista Processual C13 (final de carreira, com 2 níveis a menos) receberia R\$

18.478,45 de Subsídio.

Com relação à alegação de que o subsídio retira direitos adquiridos, entendemos que não é isso que acontece. Perder direitos é deixar de recebê-los, e isso não ocorre com a implantação do subsídio. Este apenas absorve estas parcelas, pois foi concebido para ser uma espécie remuneratória transparente e por meio de parcela única, ao contrário da sistemática atual que é repleta dos conhecidos “penduricalhos”, que não permitem o controle da sociedade de maneira clara e transparente.

O valor que ultrapassa os valores previstos para final de carreira será recebido via parcela complementar de subsídio, por isso não há redução dos valores e perda dos direitos adquiridos anteriormente.

Uma parcela significativa dos servidores do MPU tem parcelas inacumuláveis com o subsídio em seus contra-cheques. Dessa forma, no caso de um técnico em final de carreira que perceba: R\$ 6.360,00 (Vencimento + GAMPU) + R\$ 7.000,00 de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI), com o plano atual percebe R\$ 13.360,00; na adoção de uma tabela por subsídio com final de carreira em R\$ 11.590,00, o valor a ser gasto com este servidor será a diferença entre o que ele recebe atualmente, considerada a incorporação e a remuneração final por subsídio. Neste caso esse servidor continuará recebendo os mesmos R\$ 13.360,00 (sendo R\$ 11.590,00 de subsídio + R\$ 1.770,00 de parcela complementar). Neste caso não haveria impacto no orçamento.

Outro exemplo seria um técnico em final de carreira que perceba: R\$ 6.360,00 (Vencimento + GAMPU) + R\$ 1.000,00 de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI), com o plano atual percebe R\$ 7.360,00. Na adoção de uma tabela por subsídio com final de carreira em R\$ 11.590,00, o valor a ser gasto com este servidor será a diferença entre o que ele recebe atualmente, considerada a incorporação e a remuneração final por subsídio. O desembolso seria de R\$ 4.230,00 e não de R\$ 5.230,00 como será o caso de um técnico em final de carreira sem incorporações, VPNI's, anuênios, dentre outros.

As carreiras remuneradas pelo subsídio são aquelas que maior va-

lorização tiveram nos últimos anos, devido ao acréscimo financeiro. Podem ser citadas:

- Auditores e analistas tributários da Receita Federal do Brasil; - Analistas do Banco Central; - Analistas da Controladoria Geral da União; - Analistas e Especialistas em Políticas Públicas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG); - Defensores Públicos e Advogados da União; Delegados, peritos, agentes, papiloscopistas e escrivãos da Polícia Federal.

As vantagens do subsídio:

1 – Tornar definitivas as parcelas pagas a título de gratificações que, após absorvidas, não mais poderão ser retiradas/alteradas;

2 – a garantia de paridade para quem se aposentar pelas regras de transição previstas nas EC 41 e 47, pois, sendo o subsídio a única forma de remuneração, o reajuste de ativos e inativos deverá se dar no mesmo índice;

3 – A uniformização da remuneração, com o fim das grandes disparidades remuneratórias, o que significaria o fim da segmentação da carreira;

4 – Diminui a evasão para outras carreiras, em face da concessão de reajustes maiores para os servidores em início de carreira;

5 – Maior reajuste salarial para a maioria dos servidores do MPU, com chance reais de menor parcelamento para sua implementação, se comparadas as tabelas de reajuste propostas originalmente no PL 6697/09 e as tabelas da Emenda do Subsídio, sugeridas pela Comissão Pró Subsídio e apresentadas por deputados no PL 6613/09 (PL do Judiciário);

6 – Reduz o impacto financeiro do PCS, em comparação com a redação original do PL 6697/09, e a quantidade de parcelas remuneratórias, facilitando o controle de gastos por parte da Administração, e as despesas operacionais (transparência).

7 – Além disso, a manutenção de um corpo técnico qualificado e a atração de candidatos de alto nível colaborarão com maior eficiência do MPU. Para que as instituições democráticas funcionem adequadamente, é necessário que o Ministério Público transforme-se em ilha de excelência, atraindo e mantendo servidores altamente qualificados. ■

Direção interina presta contas à categoria

A Diretoria Executiva Nacional Interina (DENIN) nasceu de um acordo coletivo, firmado na XIV AGO. Tem na sua essência, na sua razão de ser, os conceitos de acordo, conciliação, união. Não podem ser, portanto, outros os parâmetros que balizam a sua atuação. A própria composição da DENIN já determinou essa diretriz, na medida em que buscou contemplar equitativamente as correntes existentes, propiciando, forçando até, a convivência dos contrários e a constante busca do consenso.

Aliás, a rigor, nem se deveria mais falar em “contrários”; no máximo em “divergências pontuais”. O exercício dessa opção não é, porém, nem simples nem fácil. Requer desarmamento de espíritos, negação de preconceitos, império da confiança, clareza de opiniões, transparência de ações e intenções; a ação inequívoca em busca do acerto não basta: precisa-se acreditar que esta é também a postura do outro.

Essa linha de atuação, que tem por pressuposto o consenso (tanto assim é que, já na primeira reunião realizada, ainda na AGO, os membros da DENIN acordaram que todas as decisões seriam tomadas de forma colegiada), a confiança mútua, tem que se impor em cada discussão, em cada decisão. E essa linha de atuação não pode se res-



A DENIN: (da esq.) Meiry Apolinário, Roberto Negri, Aroldo Galindo, Eduardo Marques, Cleiton Custódio, Anderson Machado e Maria Aparecida Lopes

tringir ao processo decisório interno – tem que ir além, se concretizando, transparecendo, com força suficiente para ganhar o respeito e o respaldo de todos os filiados.

Salvar o SINASEMPU, que vinha se fragilizando em decorrência de lutas intestinas – esta foi a missão maior que foi delegada à DENIN. Não nos cabe dar curso às discussões sobre quem tinha ou quem não tinha razão nesse processo. Cada um tem suas convicções. Claro que isto não pode significar leniência ou omissão diante de qualquer tipo de ilegalidade ou irregularidade que venha a ser eventualmente constatada, independente de quem seja o responsável.

Temos a missão de cumprir a decisão da AGO: a deflagração e

condução do processo de mudança do modelo organizacional, com a criação dos sindicatos regionais e da federação. Isto, no entanto, sem prejuízo das lutas pela conquista e manutenção de direitos. É quase aquela conhecida piada onde o mesmo jogador tem que bater o escanteio e correr pra cabecear pro gol, sem descuidar de, vez por outra, ter que voltar e defender o pênalti batido pelo adversário...

Os componentes da DENIN sabem que não têm o direito de se queixar de dificuldades – todos estavam conscientes delas ao aceitarem o encargo. Mas é sempre bom acreditar que o time não é só de sete: somos mais de dez mil servidores no MPU, divididos em duas categorias: filiados e AINDA não filiados.



A XIV AGO foi marcada por um consenso que representa um novo tempo para o SINASEMPU

O enfrentamento de uma agenda que se impôs

A DENIN assumiu com uma agenda que se impunha, que praticamente não permitia a definição de prioridades: só existiam tarefas urgentes e urgentíssimas. Nada podia esperar. Ao tempo em que se buscava tomar pé do processo burocrático/administrativo (questões de empregados e pagamentos de rotina – que requeriam, por sua vez, o atendimento de exigências legais relativas à mudança dos gestores para o acesso às contas bancárias, dentre outras coisas, tinha-se que ir à luta pela aprovação do

PCS, com os prazos praticamente esgotados, numa verdadeira maratona de gestões junto ao PGR, aos parlamentares, à relatoria do Orçamento etc. E esta luta continua.

Em paralelo, procedeu-se à análise de todos os contratos – e consequente decisão quanto à continuidade ou rescisão de cada um.

A seguir, em cumprimento ao compromisso de transparência, um relatório das medidas adotadas nesses aproximadamente quarenta dias de gestão:

Questões administrativas

Acordo Judicial - Fechamento de Acordo Judicial com funcionária do Jurídico do sindicato. A funcionária, que havia sido demitida, ingressou com uma ação de indenização por danos morais contra o SINASEMPU, com base em suposto assédio moral.

Segundo análise efetuada, a partir da ata de audiência realizada, era iminente a condenação do sindicato e não é difícil de se avaliar a intensidade dos danos que adviriam de uma condenação dessa natureza a uma entidade sindical, que tem como princípio inerente à sua própria razão de ser o combate a esse tipo de comportamento.

O acordo foi fechado com a recontração da funcionária (cujo desempenho goza de excelente avaliação por parte daqueles que foram por ela atendidos), após ouvidos todos os demais empregados do sindicato, com o pagamento de valor

equivalente ao que ela teria recebido se não tivesse sido demitida.

Revisão de esquema de segurança - O contrato com a empresa SETESG, referente a serviços de instalação, fornecimento e manutenção de equipamentos de informática foi questionado pelos diretores, já que havia divergências entre a quantidade de câmeras contratadas e instaladas, além da ausência de relatórios mensais sobre os serviços que deveriam ser elaborados pela empresa. A diretoria solicitou esclarecimentos da SETESG. No âmbito deste contrato, contatou-se ainda a existência de um servidor que deveria ser utilizado para instalação de rede interligando todos os computadores da sede. Tal equipamento encontrava-se guardado, sem uso. O contrato está sendo revisto.

Atendimento Direto ao Servidor - Determinou-se ainda mudan-

ças na estrutura do sindicato para melhor atender ao filiado, tendo sido criado de um setor específico (Atendimento Direto ao Servidor), com o deslocamento de funcionário exclusivo para a realização de tal atendimento.

Cadastro - Realização de revisão e atualização do cadastro de filiados.

Memorial - Elaboração de um memorial do sindicato, com um resgate da história da nossa entidade, o que incluiu a recolocação dos quadros com as camisas de todas as AGOs e de algumas campanhas realizadas pelo SINASEMPU nos seus quinze anos de existência (estes quadros, que estavam expostos na antiga sede, encontram-se guardados em depósito, junto com equipamentos a serem descartados).

Revisão de Contratos

Advogados - Existiam três contratos com advogados:

- Dr. Eliseu, com sede em SP, voltado para a área administrativa (Sindicâncias e PADs), abrangendo a região Sudeste e o Estado do Paraná. A DENIN, considerando a existência de demanda e a aprovação quanto à qualidade dos serviços prestados, decidiu pela sua renovação e ampliação (passando a abranger as regiões sudeste e sul), bem como por sua ampla divulgação junto aos filiados.

Por solicitação da DENIN, o Dr. Eliseu elaborou uma cartilha de orientação ao servidor contra quem a Administração venha a instaurar Sindicância, a ser disponibilizada no

portal do SINASEMPU.

- Escritório Ibaneis, sediado em Brasília, voltado para as demandas judiciais coletivas e individuais relacionadas com o interesse funcional. Visando a melhorar a qualidade dos serviços e a redução do custo mensal, foi decidido pela rescisão contratual, encontrando-se em curso processo de escolha de um novo escritório que melhor atenda aos interesses da categoria, inclusive com um sistema informatizado de acompanhamento processual que propicie um retorno mais rápido e eficaz quando das solicitações de informações sobre o andamento das ações.

- Dr^a Vera – contrato, com idêntico objeto, foi rescindido a partir do

entendimento de que as demandas podem ser totalmente atendidas com a contratação de apenas um escritório sediado em Brasília.

Agência de Turismo – Contrato com a Agência de Turismo – LA – (compras de passagens, reservas de hotéis etc). Deflagrou-se uma pesquisa de mercado no sentido de se avaliar a possibilidade de obter condições mais vantajosas para o sindicato.

Assessoria Parlamentar – Contrato de assessoria parlamentar com a empresa Macropolítica. A DENIN confirmou a rescisão do contrato já comunicada pela diretoria anterior.

Campanha repercute por todo o país

O SINASEMPU tem recebido diversas mensagens de apoio à campanha, principalmente de servidores. Outras entidades também têm nos apoiado e reproduzido o material da campanha, a exemplo da ASMPF, ASSTTRA, ASEMPT e ASMIP. Vejam algumas dessas mensagens:



"Na página eletrônica da ASMIP disponibilizamos o vídeo da campanha. Os colegas aqui do MPDFT estão gostando do que estão vendo. Parabéns à DENIN! Viva o SINASEMPU!"

Artur Marciano

"Caramba, aí sim está correto, PARABÉNS, agora dá até vontade de me refiliar ao SINASEMPU!!! Um verdadeiro sindicato é aquele que busca alternativas criativas para representar seu sindicalizado!"

Rogério Virgínio

"Retornei de férias e tive o prazer de ver a atuação exemplar dessa DENIN. Estou orgulhoso de ter participado da escolha desses colegas valorosos na última AGO. Já vi ontem na BAND um "pedacinho" de matéria em que mostraram um banner do SINASEMPU. Estamos começando a aparecer e esse é o caminho. Estou pronto a ajudar no que for possível. PARABÉNS A TODOS DA DENIN!!!"

Antonio Celso Ribeiro

"Em também vi no Jornal da BAND a matéria e o banner do SINA. Parabéns a DENIN e a todos que tem contribuído, desta forma fazemos um "SINDICATO FORTE". E que parem as máquinas, ou o que for preciso parar, mas nós não podemos parar a nossa luta!!!!"

Ireval Nascimento de Carvalho

"Parabenizo a DENIN do SINASEMPU pelas medidas adotadas quanto ao PCS, mas aí vai uma sugestão que eu já vi dar certo em BSB com outras categorias do serviço público federal: divulgar na mídia televisa, essa atinge a população massivamente e incomoda o Governo, ela é cara, mas é necessária e certa. Mais uma vez, parabéns a todos da diretoria do SINASEMPU!"

Célia Tosta

"Parabéns à DENIN pelo esforço de levar para frente o SINASEMPU. A luta pelo PCS passa pela valorização da categoria. conte comigo para ajudar a divulgar a campanha em Minas. Só a luta muda a vida"

Carlos Antônio

"Como servidor aposentado do MPF/PRSP, bem como ex-colaborador (associado) desse sindicato, agradeço o envio do Boletim Eletrônico, lendo e me atualizando dos assuntos inerentes ao MPF. Na oportunidade, quero parabenizar a Diretoria Executiva Nacional Interina do SINASEMPU pela campanha que está sendo realizada em todas as unidades, principalmente em Brasília onde se encontra a sede do governo federal e o MPF/PGR, para aprovação do PCS."

Eivaldo Rodrigues Coutinho

"Externo minha alegria pela campanha do SINASEMPU denominada "Ocupação de Brasília", iniciada neste mês para dar maior visibilidade à luta dos servidores do MPU pela aprovação do PL 6697/2009. Realmente é uma campanha de impacto e que deve ter a adesão de todos, seja em Brasília, sejam nos Estados. Todos os parlamentares recém empossados devem conhecer e dar seu apoio ao PCS. E nada melhor que instá-los em seus Estados."

*Antônio Elias da Silva
Secretário de Mobilização do SINASEMPU-ES*

"Parabéns por mais essa mobilização em prol da aprovação do nosso PCS, infelizmente não podemos integrar à campanha de corpo presente, mas acreditem que sempre estamos torcendo por vocês que lutam por nossos ideais. Muito obrigada! Aqui modestamente represento os funcionários aposentados da Procuradoria da República do Estado do Espírito Santo, que não têm acesso a Internet."

*Saudações,
Jussara Figueiredo Castro – PRES*

"Parabéns pela campanha "Ocupação de Brasília". Valeu Sinasempu. Estão de parabéns."

*Renato Fernando Silva Gonçalves
Procurador da República em Tupã/SP*

